

Juristas lucram com choques econômicos

FERNANDA DOMINGUES

SÃO PAULO — Os planos econômicos decretados nos últimos anos criaram um lucrativo mercado para os profissionais do Direito: a elaboração de pareceres jurídicos. A atividade tem engordado o saldo bancário de muitos juristas, sobretudo dos mais renomados. O ex-Ministro da Justiça Saulo Ramos é o mais careiro: cobra US\$ 50 mil para expor seu ponto de vista e, nos 14 meses de Governo Collor, já produziu 28 pareceres.

Para se ter uma idéia do crescimento da procura, o professor de Direito Econômico Ives Gandra da Silva Martins fez, entre 1958 e 1988, cem pareceres — e outro tanto entre abril de 1988 e janeiro deste ano.

— Todos os juristas que conheço estão com as bancas lotadas de pedidos — comenta Saulo



Saulo Ramos: 28 vezes US\$ 50 mil



Gandra: 'Eu preferia ganhar menos'



Leitão de Abreu cobra US\$ 40 mil



Goffredo da Silva Telles: de graça

Ramos, que usa um microcomputador para organizar o trabalho e atualmente está concentrando em 12 solicitações.

A quantidade de trabalho não preocupa Ives Gandra. Ele está

apreensivo com a confusão jurídica que produz situações como a relacionada à liberação de cruzados novos pela Justiça Federal de São Paulo e uma determinação contrária pelo Supremo Tri-

bunal Federal. No prefácio de seu último livro, "Outros tributos", da Editora Resenha Tributária, o professor da Faculdade de Direito do Mackenzie aponta seu desconforto por ter produzi-

do, em dois anos e oito meses, o mesmo número de pareceres que em 30 anos de trabalho:

— Eu preferia ganhar menos dinheiro, mas que não houvesse tantas dúvidas jurídicas — afir-

ma, sem informar quanto cobra. O gaúcho João Leitão de Abreu, Ministro da Justiça dos Governos Geisel e Figueiredo, cobra US\$ 40 mil por parecer.

— Estamos caminhando para um verdadeiro caos jurídico. A ordem jurídica é violada todos os dias. O novo Governo deu o exemplo de violação das leis, da ordem, da Constituição — pontifica o professor emérito da Universidade de São Paulo Goffredo da Silva Telles.

Aos 76 anos de idade, dos quais 54 como advogado, ele nem tem idéia de quantos pareceres já emitiu. Mas por minutos ou uma semana de trabalho, o seu preço é o mesmo: apenas a manutenção da amizade de quem o consulta. Silva Telles deixou de cobrar por este trabalho há anos, porque diz que tem uma dívida com a sociedade, que com seus impostos sustenta a Faculdade de Direito da USP.